ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2024.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR CAROLINO (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ARNANDO LESSA, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOSÉ ANTONIO, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS DE SOUZA, MARCELLE MORAES, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SÍLVIO HUMBERTO e TIAGO FERREIRA, estando licenciado o vereador ALFREDO MANGUEIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Mensagem n. 16/24 do Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei n. 155/24; Projeto de Indicação n. 130/24 do vereador André Fraga e 131 e 132/24 do vereador Sabá; Projeto de Resolução n. 80/24 do vereador Sílvio Humberto; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 41/24 do vereador Edvaldo Brito, 42/24 do vereador Teo Senna, 43/24 do vereador André Fraga e 44/24 do vereador Carlos Muniz; Moções n.s 188 a 194/24 do vereador Marcelo Maia, 195/24 do vereador Teo Senna e 196 a 198/24 do vereador Marcelo Maia; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente convidou todos para a Sessão Especial pelo Dia do Outdoor, no

dia 29. No **Pinga-Fogo**, o vereador Cláudio Tinoco lembrou haver apontado falta de transparência do Governo do Estado sobre empréstimos contraídos, os quais somavam seis milhões de reais. Lembrou, ainda, ter opinado que esse acúmulo de recursos se destinaria a gastos em ano eleitoral, como o de 2026. Criticou a resposta às suas declarações que o deputado estadual Robinson Almeida veiculou na imprensa, considerando-a um ato covarde. Rebateu a acusação de "ter chefe" dizendo que os eleitores eram os seus chefes e afirmou que o deputado deveria conhecer a realidade do Subúrbio e deixar de tentar comprar trens usados de outro Estado. O vereador Arnando Lessa lembrou que as obras no Mané Dendê contaram com empréstimo aprovado na Casa e sublinhou que empréstimos captavam recursos para importantes realizações. Comentou sobre obra em encosta de Ondina, financiada pelo Governo Federal, a qual traria segurança a moradores e a hospitais. Mencionou obras no Subúrbio custeadas por empréstimo do Governo do Estado e defendeu os empréstimos estaduais. O vereador Paulo Magalhães Júnior saudou o vereador Arnando Lessa por reconhecer o valor das obras no Mané Dendê, cuja importância ressaltou. Enalteceu o trabalho do ex-prefeito ACM Neto nessa realização e em outras ações, as quais enumerou. Lembrou quando as pessoas pediam aplicação de arenoso em locais para jogar futebol e elogiou a criação, pela Prefeitura, de campos de grama sintética com iluminação. Registrou a elevação do índice de Atenção Básica na rede de Saúde municipal e estimou a reeleição do prefeito Bruno Reis. A vereadora Marta Rodrigues declarou que, como membro da Comissão de Finanças de Orçamento, acompanhava com zelo as finanças municipais. Apontou o resultado negativo verificado em Salvador e a existência de um "rombo" financeiro, situação que atribuiu a empréstimos realizados sem transparência. Também apontou precarização dos serviços municipais e explicou que isso a levava a fazer cobranças ao Secretariado municipal. Mencionou a venda de terrenos públicos e a majoração do IPTU como sinais de uma má gestão financeira da Prefeitura. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores André Fraga (19 de

agosto), Edvaldo Brito (12 e 19 de agosto), George Reis (19 de agosto) e Roberta Caires (19 de agosto). Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha mencionou obras municipais e afirmou ser para isso que a Prefeitura contraía empréstimos. Estimou a reeleição de Bruno Reis. Em seguida, foi discutido, votado e aprovado, após Parecer favorável do vereador Paulo Magalhães Júnior pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças, também aprovado nas Comissões e em Plenário, o Projeto de Resolução n. 74/24. O vereador Augusto Vasconcelos expôs sobre denúncia que recebera, como ouvidor, a respeito de obra no antigo Hotel Othon. Alertou a Procuradoria do Município sobre a documentação do terreno do Hotel determinar o seu uso para hotelaria e não, como se pretendia, para residência, destinação que exigiria autorização da CMS. Observou haver, nessa área, Terreiro de Candomblé tombado. Discorreu sobre cobrança ilegítima de IPTU, baseada em valores imobiliários incorretos, e relatou ações que movia a esse respeito. Informou a mobilização nacional dos bancários em função da data-base da categoria, apontando haver lucros vultosos dos banqueiros em contraste com perdas para esses profissionais, seus colegas. O senhor presidente considerou grave a denúncia sobre o Hotel Othon trazida pelo orador e declarou que a CMS agiria para apurá-la. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança do Governo, o vereador Cláudio Tinoco destacou a importância, funcional e simbólica, do Farol de Itapuã, o qual completava 151 anos. Informou Moção de congratulação que apresentara a respeito e declarou a perspectiva de a data de aniversário, 17 de setembro, ser celebrada anualmente. Foi promulgada a Resolução n. 3.410/24. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: Registros do vereador Daniel Alves.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO